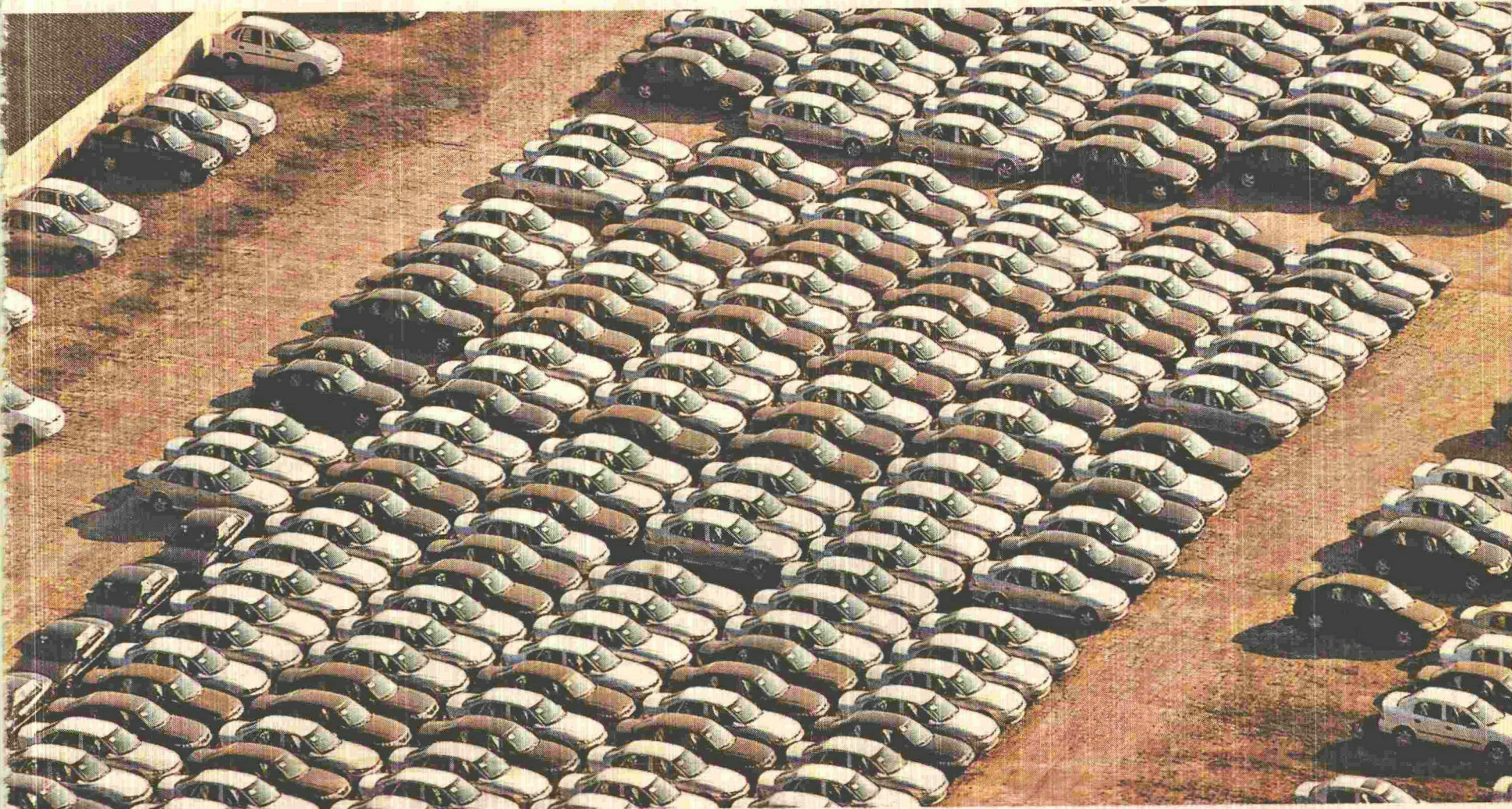


CONSUMO OU INFRAESTRUTURA

17.990

SEBASTIÃO MOREIRA/AE



O dilema do Brasil: incentivar o automóvel como alternativa de curto prazo para aquecer a economia ou construir ferrovias — um projeto de infraestrutura de longo prazo

Frágil equilíbrio

Aposta no incentivo ao consumo não foi capaz de frear a crise, que, aos poucos, vai minando a economia brasileira. Saída seriam os investimentos em infraestrutura

MARCELO FREITAS

Só não enxerga quem não quer. Os sinais da crise internacional estão por toda parte — nas seguidas reavaliações para baixo da previsão do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para este ano, no aumento da inadimplência, na cautela com que os empresários estão planejando investimentos para os próximos meses. Mesmo assim, o governo continua apostando no incentivo ao consumo como antídoto para evitar que a crise econômica aporte por aqui, tal como fez 2008 e se deu bem.

Naquele ano, o governo lançou um pacote de medidas que incluiu incentivos para a compra de material de construção, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros com motor 1.0 e para eletrodomésticos da linha branca, além do aumento da oferta de crédito para o setor automotivo e para o plantio da safra agrícola, entre outras medidas. Com isso, muitas famílias que agora passaram a fazer parte da nova classe média foram às compras com vigor. Adquiriram celular, computador, máquina de lavar roupa, carros e até imóveis.

PACOTE DE
CONCESSÕES DE
INFRAESTRUTURA
LANÇADO PELO
GOVERNO INDICA
QUE O CONSUMO
NÃO DEVE MAIS SER
O PRINCIPAL
INDUTOR DO
CRESCIMENTO

O resultado foi que, enquanto a economia americana despencava, levando consigo o resto do mundo, a economia brasileira ia de vento em popa. O presidente Lula procurou, desde o início, minimizar a crise. Foi quando ele lançou uma de suas mais famosas frases de efeito, ao prever que, os efeitos da crise seriam, por aqui, como uma "marolinha".

Este ano, a crise voltou. Porém, seu epicentro não está mais nos Estados Unidos. A bola da vez agora é a Europa, com destaque para Grécia e Espanha. Diferentemente de 2008, quando veio de solavanco, a crise deste ano vem em conta-gotas. Ao longo do semestre, o que se viu foram sucessivas reduções, para baixo, da projeção do PIB para 2012, acompanhadas da redução da previsão de crescimento da China, ainda hoje um dos principais compradores das commodities brasileiras.

No caso do PIB brasileiro, de uma estimativa inicial de 4,1% para este ano, a última previsão era de um crescimento de apenas 1,85% para 2012, ou seja, menos da metade em relação ao número inicial. No fim de maio, para estimular o consumo e manter a economia aquecida, o governo apelou para o mesmo receituário de 2008, isentando os veículos 1.0 do pagamento do IPI, entre outras medidas, que vieram acompanhadas de forte redução da taxa de juros.

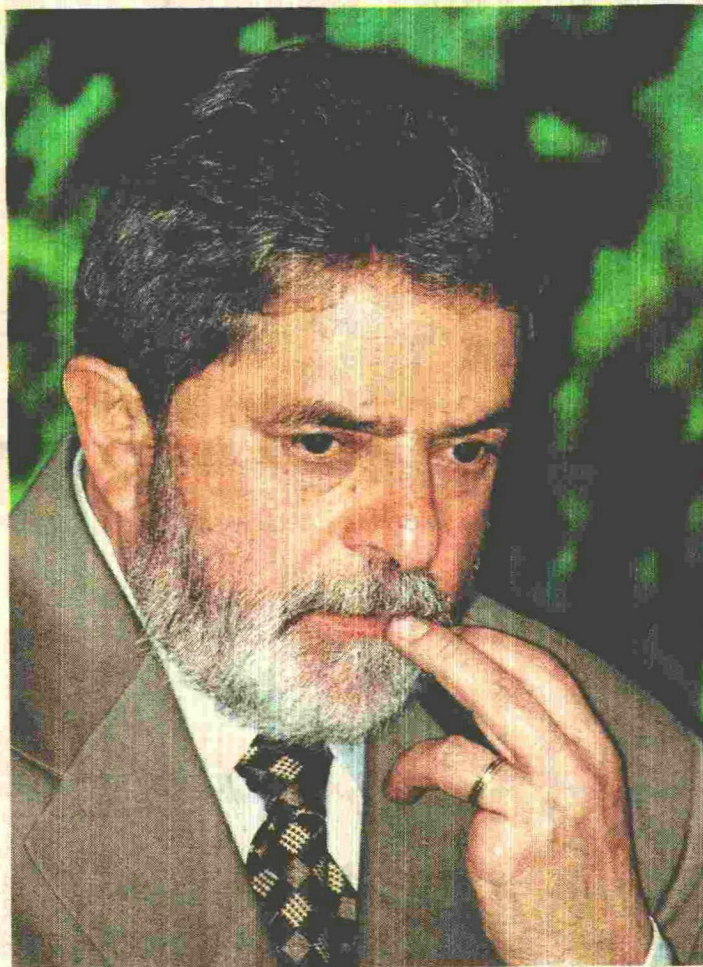
Só que, desta vez, a resposta não veio como há quatro anos. Pior, os índices de inadimplência dos consumidores chegaram a níveis elevados. Hoje, aproximadamente 45% da renda está comprometida com o pagamento de dívidas. Dados do Banco Central indicam que oito em cada cem empréstimos estão com a prestação atrasada por mais de 90 dias. Sinal de que o remédio de 2008 não está fazendo o mesmo efeito.

Para a economista Rita Mundim, a explicação para o fato é muito simples: em 2008, a oferta de crédito não era tão abundante como hoje e, além disso, o nível de endividamento dos consumidores era baixo. O resultado é que atualmente a capacidade de compra dos consumidores está muito comprometida porque muitos ainda estão pagando os empréstimos contratados em 2008. "Quem nunca comeu melado, quando come, se lambuzava. E nós estamos nos lambuzando em crédito", diz a economista, que considera a opção do governo de manter a economia em alta pela via do incentivo ao consumo uma estratégia errada se esta for uma opção permanente. O limite, segundo ela, é o endividamento excessivo e o aumento da inadimplência. "As famílias já estão comprometendo uma renda que não deveria ser comprometida", afirma Rita.

Quem também entende que o endividamento das famílias é o limite para a reedição do sucesso da opção do governo pelo incentivo ao consumo é a economista Marianne Lorena Hanson, da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Para ela, o endividamento prova que o modelo do consumo está esgotado. "Hoje, não há mais espaço para aumentar o endividamento das famílias", afirma Marianne. Cautela é a palavra de ordem também entre os empresários. A administradora Renata Thibau, gerente internacional do HSBC em Minas, afirma que o empresário está com um "pé atrás", preferindo optar pela cautela antes de contratar qualquer empréstimo ou investir no aumento da capacidade produtiva. "Ele quer esperar para ver como o mercado vai reagir",

SEGUIDAS REVISÕES PARA BAIXO DO PIB DESTA ANO MOSTRAM QUE CRISE INTERNACIONAL ESTÁ, AOS POUCOS, CONTAMINANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

MARCELLO CASAL JR/ABR



O ex-presidente Lula e a teoria da marolinha: sucesso em 2008

afirma Renata Thibau. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que o setor está mesmo cauteloso. Em julho, o Icei recuou 2,8 pontos, caindo para 53,3 pontos, menor valor desde abril de 2009.


O incentivo ao consumo é uma faca de dois gumes. Momentaneamente, ele gera empregos, aumenta a receita de impostos e faz a economia girar. O lado negativo é que o consumo pode gerar inadimplência e

aumento da inflação se a capacidade de compra das pessoas for maior que a oferta dos produtos. Se o governo optar pela importação, quem sofre são as contas externas. A volta da inflação não tem sido um problema para o governo, que tem mantido o índice sob controle. Mas a inadimplência, sim, apareceu como um problema. Já a opção pelo investimento em detrimento do consumo produz efeitos mais lentamente, pois a injeção de recursos no mercado precisa de um tempo maior para que possa dar o retorno esperado. Há várias etapas a serem cumpridas – desenvolvimento dos projetos, contratação das obras, pagamento de salários. O país ganha com o fortalecimento de sua infraestrutura de estradas, aeroportos, portos, etc. É uma opção mais lenta, porém, tida como de maior consistência. Em uma comparação muito rudimentar, a opção pelo incentivo ao consumo seria algo como curar apenas a febre de uma pessoa que está com uma infecção. A opção pelo investimento seria tratar essa pessoa com os antibióticos que lhe curariam a infecção e, por tabela, a febre.

Olavo Machado, presidente da Federação das Indústrias no Estado de Minas Gerais (Fiemg), defende uma solução mista que contemple tanto o incentivo ao consumo quanto os investimentos na infraestrutura. Para Alberto Salum, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais (Sicepot), a prioridade deveria ser o investimento, pois este é o caminho mais consistente para gerar empregos, ativar a economia e, consequentemente, incentivar o consumo.

Para Rita Mundim, o caminho correto a ser adotado é o do investimento em infraestrutura de grande porte, ficando o Estado com o papel de indutor do crescimento. "É só começar que a iniciativa privada vem atrás." Para ela, a opção pelo consumo deve ser usada apenas pontualmente. "Não adianta ficar apagando incêndio aqui e ali", afirma Rita Mundim, que também considera importante o governo propor uma reforma da legislação trabalhista para desonerar a folha de pagamento e diminuir o custo da mão de obra no Brasil. Cláudio Amitrano, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Apli-

cada (Ipea), considera acertada a forma como o governo vem conduzindo a estratégia de conter a crise, que, segundo ele, exige cuidado. Amitrano não entende que o modelo adotado pelo Brasil até agora foi o de apenas incentivar a expansão do consumo. O que houve, segundo ele, foi um aumento do consumo acoplado à expansão do investimento, principalmente privado, para aumento da capacidade produtiva. "Não me parece que a gente tenha um modelo de consumo em detrimento do investimento."

A high-angle, aerial photograph of a massive crowd filling a wide city street, identified as Rua 25 de Março in São Paulo. The crowd is dense and colorful, with people of various ages and ethnicities. Several cars are visible, mostly in the center of the street, surrounded by the people. The street is flanked by multi-story buildings with colorful facades (yellow, blue, orange). The perspective is from directly above, looking down the length of the street.

Rua 25 de Março, em
São Paulo: por lá a
crise ainda não chegou

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, COMO A CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E FERROVIAS, GERARIAM RESULTADOS MAIS CONSISTENTES E DURADOUROS PARA O PAÍS

O diretor do Ipea minimiza o impacto do aumento da inadimplência. Ele considera natural que, em um ciclo de expansão da oferta de crédito, como o que ocorreu no Brasil após 2008, haja um aumento do comprometimento da renda. "O endividamento envolve um aprendizado financeiro por parte de famílias que nunca tiveram acesso a crédito." O ponto central que ele ressalta é que esse endividamento ocorre em um cenário no qual os juros estão caindo e os salários aumentando. "Isso significa que a capacidade de pagamento tende a aumentar. Não me parece uma situação muito alarmante. É preciso cautela, mas ainda não chegamos a uma trajetória explosiva da inadimplência." Otimista, ele afirma que o conjunto de medidas adotadas pelo governo, de aumento da oferta de crédito, redução dos juros, desoneração de alguns produtos e aumento dos investimentos públicos, deverá começar a gerar resultados positivos já a partir do último trimestre deste ano.

A Rua 25 de Março, no centro da cidade de São Paulo, é o principal templo do consumo popular no Brasil. Por lá, passam diariamente cerca de 400 mil pessoas vindas de todas as regiões do país, atraídas principalmente pelos preços mais baixos. No Armazém Fernando, uma imensa loja com três mil metros quadrados, a crise passa longe. O gerente, Ondamar Ferreira da Silva, afirma que, apesar de o noticiário falar a toda hora em crise internacional e no aumento da inadimplência, as vendas continuam dentro das metas previstas, de um aumento da ordem de 7% a 8% para este ano. "Não trabalho com hipóteses. Tenho certeza de que não haverá abalo em nossas vendas", ressaltou o gerente do Armazém Fernando, cuja principal clientela hoje são os consumidores da classe C. "Nossas expectativas de venda são excelentes", ressaltou Ondamar, ao que tudo indica, um fiel adepto da teoria da marolinha. Se sua previsão está certa ou não, é só aguardar os próximos passos da China ou da evolução da crise europeia. O pacote de concessões do dia 15 pode ser um indício de que o governo pretende quebrar o frágil equilíbrio obtido até agora pelo crescimento à custa do incentivo ao consumo.